



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

INTERVENÇÃO

DA

DEPUTADA CATARINA MÁRIO DIMANDE ANTÓNIO

MAPUTO, ABRIL DE 2023

**Sua Excia Senhora Presidente da Assembleia da República;
Digníssima Procuradora Geral da República de Moçambique;
Senhores Membros do Governo, aqui presentes;
Dignísimos Mandatários do Povo, Meus Pares, Excelências;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;**

Permitam-me, nesta nobre ocasião, endereçar palavras de apreço a Sua Excelência **Filipe Jacinto Nyusi**, Presidente da República de Moçambique, pela sua dedicada entrega na busca da paz e bem-estar inclusivo dos Moçambicanos.

Saudamos ao Mais Alto Magistrado da Nação, pela sua visão e abnegada entrega na gestão do ciclo de desastres e calamidades que se abateram sobre o nosso país, bem como na busca de parcerias com vista a impulsionar o desenvolvimento sustentável do país. Bem-haja Presidente Filipe Jacinto Nyusi!

Saudamos, também, ao Executivo Moçambicano, e às nossas Forças de Defesa e Segurança, apoiadas pelas forças do Ruanda e da SAMIM, pela sua determinação na defesa da integridade territorial e soberania nacional, ao mesmo tempo que garantem a protecção da população vítima dos ataques terroristas. É uma missão espinhosa, realizada com escassez de recursos, mas a que o Governo tudo tem feito para a protecção de vidas e bens da população.

As nossas felicitações ao Governo da FRELIMO (i) pelo esforço em curso de reconstrução e normalização da vida das populações nas áreas afectadas pelos ataques terroristas; (ii) pela acção de resposta aos impactos do Ciclone Freddy; (iii) pelo anúncio de 75 milhões de meticais para apoio ao sector de comercialização agrícola; (iv) pela assunção da presidência rotativa do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e (v) a criação da Comissão Técnico-Científico sobre as Mudanças Climáticas; entre outras acções.

Saudamos a toda população de Moçambique; que no passado dia 9 de Abril celebrou a Páscoa, e as nossas felicitações pelo Ramadão e Ide Ul Fitr que se avizinha.

Saudamos, de forma particular, a população da Cidade de Maputo, meu Círculo Eleitoral. Ao nosso Governo, vão as nossas felicitações pelas realizações no meu Círculo Eleitoral, que se traduzem, entre outros, na entrega de 100 casas do Projecto “Renascer”, desenvolvido pelo Fundo para o Fomento de Habitação (FFH), no Bairro Incassane, Distrito Municipal de KaTembe.

Desta Magna Casa, rendemos homenagem a todas as mulheres deste nosso vasto Moçambique, pela passagem do Dia 7 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana. Esta data, faz do Mês de Abril, o Mês da Mulher Moçambicana, o Mês que celebra a História da Mulher na Pátria Amada, lembrando as suas lutas e conquistas, quer sociais, políticas, económicas e culturais.

Ao celebrarmos o Mês da Mulher, recordamo-nos daquela geração de mulheres e homens, que, guiados pelos ideais do 25 de Setembro, se levantaram para lutar pela liberdade em Moçambique, e que no período pós-Independência, no meio das adversidades que a recém-independente nação enfrentava, consagraram as suas vidas e sonhos a servir de alicerces do Estado Moçambicano que nascia. Hoje, estas mulheres continuam a dar o seu contributo em várias frentes na consolidação da nossa jovem Nação! Bem-haja, a Mulher Moçambicana!

Uma saudação especial é dirigida à **Dra Beatriz Buchili**, Procuradora Geral da República de Moçambique, por ser a primeira mulher moçambicana a alcançar o Mais Alto Cargo da Magistratura do Ministério Público, que tem desempenhado com zelo e dedicação, dignificando e orgulhando a mulher moçambicana! Parabéns!

**Digníssimos Mandatários do Povo,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,**

Acabamos de ouvir a Informação Anual do Procurador-Geral da República à Assembleia da República, que nos revela as realizações em curso e desafios presentes no quadro da implementação do Plano Estratégico do Ministério Público 2022-2026, o instrumento orientador para a materialização das suas atribuições constitucionais e legais.

As realizações que tivemos oportunidade de ouvir, foram materializadas numa conjuntura difícil que atravessamos, marcada (i) pela agressão terrorista ao nosso solo pátrio nas províncias de Cabo Delgado e Niassa; (ii) pelas adversidades decorrentes de riscos e desastres naturais como resultado das mudanças climáticas; (iii) pelo impacto económico do conflito russo-ucraniano, entre outros fenómenos que concorreram para afectar o desempenho do Ministério Público.

Por esta razão, temos motivos de sobra para felicitar a Procuradoria Geral da República pelo seu cometimento em continuar a ser uma instituição do sistema de justiça funcionalmente independente, comprometida com o Estado de Direito Democrático e com as garantias constitucionais, eficaz no combate ao crime, garante da legalidade e efectiva na protecção dos direitos e legítimos interesses dos cidadãos e das pessoas jurídicas.

Assim, enaltecemos a PGR pela evolução registada na sua organização interna, ao registar um crescimento na ordem de 4% dos seus funcionários, saindo dos 2.517 para 2.618, que se traduziu na nomeação e colocação de 41 magistrados nas Procuradorias Distritais do nosso país. Assistimos ainda à aprovação dos regulamentos internos de organização e funcionamento do Gabinete Central de Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional e dos Gabinetes Central e Provinciais de Recuperação de Activos.

Saudamos o empenho da PGR na criação de condições para a disponibilização integral dos serviços para os cidadãos, através da colocação em todas as províncias de mais magistrados para a realização de triagem nas esquadras e postos policiais; inspecção aos estabelecimentos penitenciários reforço, bem como a colocação de magistrados e assistentes de oficiais de justiça nos distritos com elevada demanda processual.

A PGR merece os nossos cumprimentos, por continuar a privilegiar a colaboração inter-institucional, não só com os demais órgãos de Administração da Justiça, tais como os Conselhos Superiores das Magistraturas Judicial e Administrativa, os Tribunais e Comandos Provinciais e Distritais da PRM, o Gabinete do Provedor da Justiça, o SERNIC, mas também com outras instituições públicas e privadas, como o Ministério do Género, Criança e Acção Social, Ministério da Defesa Nacional Ministério da Saúde, Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca, só para citar alguns.

Congratulamos as acções desenvolvidas na defesa dos direitos humanos, ao tudo fazer para assegurar o controlo da legalidade, com vista a garantir o respeito pela Constituição da República e demais normas legais, quer por parte dos cidadãos, como pelas entidades públicas e privadas, através da fiscalização e promoção da responsabilização dos prevaricadores, com o fim último de garantir a estabilidade jurídica e social.

A esse nível, foram realizadas acções de acompanhamento das actividades desenvolvidas pelos magistrados, oficiais e assistentes de oficiais de justiça e funcionários de regime geral, para avaliação da sua intervenção processual e articulação com os órgãos de governação descentralizada e outras instituições que se mostrem relevantes para a administração da justiça.

Constatam-se melhorias na actuação processual dos magistrados do Ministério Público ao nível da jurisdição criminal, mas persiste ainda o desafio de garantir o controlo efectivo da legalidade das detenções e o respeito pelos direitos humanos dos cidadãos privados de liberdade, daí o reforço da intervenção da PGR ao nível dos comandos, esquadras e postos da PRM, através da realização da triagem diárias dos autos de notícia e de denúncia, permitindo a fiscalização dos actos processuais da polícia e o cumprimento do prazo de apresentação dos arguidos ao primeiro interrogatório judicial.

Em relação ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), o órgão de natureza paramilitar e auxiliar das autoridades judiciais fundamental na prevenção e combate à criminalidade, são apontados progressos na sua actuação, e, gradualmente, tem estado a desenvolver esforços com vista a consolidação da sua estrutura orgânica e o reforço da sua capacidade técnica-operativa.

No entanto, de forma especial, queremos elogiar a frontalidade e transparência da PGR em abordar neste informe, os desafios que o SERNIC enfrenta, que se traduzem na exiguidade de recursos humanos qualificados e meios financeiros, especialmente, nas componentes operativa e de

investigação criminal, bem como na insuficiência de infra-estruturas para o funcionamento das diversas unidades orgânicas da instituição.

Mas sabemos pelo informe que, em 2022, foi lançado o primeiro concurso de ingresso para o preenchimento de 600 vagas, com destaque para as áreas de química, biologia, psicologia, sociologia, ciências jurídicas, relações internacionais, estatística, arquitectura, auditoria, economia, gestão e engenharias mecânica, informática, eletrónica e civil.

Por outro lado, ficamos a saber que foi concluída a elaboração do Plano Estratégico do SERNIC, instrumento que define as principais linhas orientadoras na prevenção e combate à criminalidade. Este conjunto de acções, e outras, visa contribuir para que o SERNIC se torne numa verdadeira polícia científica e com capacidade de responder, de forma eficiente e eficaz, à grande criminalidade que o país e o mundo actualmente experimentam.

O Ministério Público trabalhou com o Serviço Nacional de Penitenciário (SERNAP), na realização de estabelecimentos penitenciários, visando, entre outros, avaliar as condições de reclusão, o respeito pelos direitos humanos e a efectivação das medidas que garantam a reabilitação do recluso.

A defesa dos menores, associada a acções de fiscalização aos centros de acolhimentos e infantários, para aferir as condições de funcionamento destes locais, no que respeita à observância dos direitos humanos inerentes a este grupo social e a sua protecção alternativa, constituiu mais uma frente de actuação da PGR.

Esta preocupação do Ministério Público pelo controlo da legalidade abrangeu a defesa dos interesses colectivos e direitos difusos, que se consubstanciou em acções para a protecção do ambiente, da saúde pública, ordenamento do território, património cultural e arquitectónico, entre outros. Nessa perspectiva, o Informe traz exemplos da visita realizada à área de protecção parcial da Lagoa Longwe, no Distrito de Chongoene, na Província de Gaza, onde foi constatado parcelamento ilegal e construção de infra-estruturas.

O controlo da legalidade pelo Ministério Público compreendeu ainda a emissão de 12 pareceres jurídicos, dos quais 3 a pedido desta Magana Casa; houve respostas às solicitações da Comissão de Petições, Queixas e Reclamações da Assembleia da República bem como às solicitações do Provedor de Justiça.

Sentimos que a criminalidade, de mais variada natureza, configura-se como um grande desafio para o Ministério Público e para o SERNIC, com destaque para os crimes contra a vida, onde a situação que o país vive em matéria de acidentes de viação, convoca a uma maior conjugação de esforços, que inclua acções de educação cívico-rodoviária, reforço da fiscalização, melhoramentos das vias, elevação da consciência do condutor e do peão, entre outras acções.

A descrição dos crimes contra a liberdade sexual, e os apelos que são feitos para a sua mitigação, constituem um convite à sociedade em geral, e a todos nós aqui presentes nesta sala, para fazermos a nossa parte junto das comunidades, para a sensibilização de crianças e jovens para serem mais vigilantes na via pública e no contacto com pessoas desconhecidas, bem como alertar para as diversas formas de aliciamento.

A violência doméstica e as uniões prematuras continuam a constituir um desafio para a PGR. No entanto, como resultado da crescente mobilização sobre a gravidade da violência doméstica, e da maior divulgação dos mecanismos de denúncia e protecção da vítima, o país está a registar um número significativo de processos instaurados, tendo no caso em apreço sido instaurados 8.350 processos contra 7.603 do ano anterior.

Neste sentido, fazemos nosso o apelo do Ministério Público para uma maior colaboração de todos na sensibilização para a tolerância e convivência pacífica na família e na sociedade.

Os crimes informáticos estão hoje na ordem do dia, como o ataque cibernético registado em 2022 que afectou o normal funcionamento de várias instituições do Estado. Neste sentido, saudamos o conjunto de acções desenhadas pela PGR, para fazer face às mais variadas formas de criminalidade com recurso às tecnologias de informação e comunicação, que incluem a articulação com os provedores de serviço de internet, com vista a estabelecer mecanismos flexíveis de partilha de informações; estabelecimento com as instituições financeiras, de crédito e de comunicações de uma plataforma de denúncias; reforma na legislação penal sobre a criminalidade informática, entre outros.

Neste combate, incentivamos a PGR a intensificar as suas relações com as instituições congéneres e organizações regionais e internacionais, com vista à ao fortalecimento institucional e troca de informações relevantes sobre a criminalidade organizada transnacional.

A criminalidade económico financeira, que se traduz em infracções penais graves que atentam, não só o património individual e o sistema financeiro nacional e internacional, como também a idoneidade e integridade de um Estado, mereceu atenção especial do Ministério Público.

Mas na sua actuação sobre esta matéria, a PGR enfrentou constrangimentos tais como as fragilidades institucionais, nas componentes técnicas e de recursos humanos. Assim, apela-se ao cumprimento rigoroso da lei e à implementação do Plano Nacional de Avaliação de Risco e dos planos sectoriais das instituições com responsabilidade primária de prevenir e combater o branqueamento de capitais, de modo a assegurarmos que o país deixe de constar da GAFI, mais conhecida por lista cinzenta.

No capítulo de prevenção e combate à criminalidade organizada e transnacional, o Ministério Público reporta-nos sobre acções em curso no combate ao terrorismo em alguns distritos da Província de Cabo Delgado,

Nampula e Niassa, e que causam perdas de vidas humanas, destruição de infra-estruturas e deslocamentos das populações dos seus locais de residência habitual. Nesta óptica, as acções terroristas assume diferentes formas e actuações, incluindo as transferências bancárias, branqueamento de capitais conducentes ao financiamento ao terrorismo.

Sobre os raptos, constatamos que tristeza que o país continua a registar crimes de rapto, que têm criado insegurança nos cidadãos, restringindo direitos e liberdades fundamentais, como a livre circulação, retraindo investimentos e afectando a economia nacional. Esta é uma das páginas tristes da nossa história recente.

Encorajamos ao Ministério Público a prosseguir com as acções para o fortalecimento do combate aos raptos, tais como o reforço da cooperação com outros países, que são usados por estes grupos de criminosos em acções de preparação ou execução dos crimes, bem como acções internas de articulação com instituições de telefonia móvel, financeiras, imobiliárias, entre outras, com vista à definição de mecanismos flexíveis de partilha de informação.

O tráfico de droga, que faz de Moçambique um corredor de tráfico internacional de cocaína, heroína e metanfetamina, bem como a existência de fábricas de drogas camufladas, mereceu o acompanhamento da PGR, tendo resultado no registo de 1.305 processos, contra 716 no período anterior, verificando-se um aumento de 319, correspondente a 44.6%.

As acções do Ministério Público no combate à criminalidade incluíram ainda o tráfico de pessoas e a imigração ilegal, bem como os crimes contra o ambiente, que incluem a destruição generalizada do meio ambiente, através do abate indiscriminado de espécies de flora, a perda da biodiversidade e o tráfico de espécies protegidas de vida selvagem, ameaçando o funcionamento equilibrado dos ecossistemas, minando o futuro das gerações vindouras.

A prevenção e combate à corrupção continua a ser aposta da PGR. Encorajamos ainda a PGR a continuar com acções de prevenção e combate à corrupção, através da colaboração com órgãos com responsabilidade de alertar ao Ministério Público sobre indícios de corrupção, tais como o Tribunal Administrativo, Inspeção-Geral de Finanças, Inspeção-Geral da Administração Pública e inspecções sectoriais.

Pelo informe, tomamos conta de que a acção da PGR depende também das respostas aos pedidos de assistência legal e de extradição que o Ministério Público emitiu a vários países, que é uma orientação emanada das convenções internacionais, designadamente, Convenção sobre a Criminalidade Organizada e Transnacional e sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção.

Ficamos cientes, a partir do Informe, que persistem desafios ao nível da articulação entre o Gabinete Central de Recuperação de Activos e demais instituições relevantes, de modo a assegurar uma acção mais enérgica e célere

na recuperação de activos, retirando dos criminosos todos os proventos do crime.

Neste sentido, gostaríamos de saber da Digníssima Procuradora Geral da República:

- (i) Que acções concretas necessitam ser realizadas para se ultrapassarem os constrangimentos que a PGR verifica no processo da gestão dos activos recuperados? e
- (ii) Que acções concretas estão previstas para responder ao desafio das infra-estruturas da SERNIC?

**Digníssimos Mandatários do Povo,
Minhas Senhoras, Meus Senhores,**

O Informe que acabamos de ouvir está repleto de informação sobre as acções que tem sido levadas a cabo pela PGR, cobrindo, por exemplo, desde (i) a inspecção aos estabelecimentos penitenciários, (ii) a defesa de interesses colectivos e direitos difusos, (iii) a emissão de pareceres jurídicos, (iv) as acções de combate à violência doméstica e uniões prematuras, (iv) o desempenho processual, entre outros. É um Informe que apresenta as acções, mas também os desafios onde persistem.

É por esta abordagem equilibrada, entre outras razões aqui não mencionadas, que apelamos aos Digníssimos Mandatários do Povo, para a apreciação positiva desta Informação da Procuradoria Geral da República, que traduz as batalhas vencidas e que ainda se travam no Ministério Público, para que Moçambique permaneça no rumo da consolidação do Estado de Direito Democrático.

Senhora Presidente, terminamos assim esta intervenção, e Muito obrigado pelo tempo que nos escutaram. Obrigada!